Considerando o disposto na Lei Estadual nº. 5.887, de 9 de maio de 1995, que institui a Política Estadual do Meio Ambiente;

Considerando o Decreto nº 832, de 16 de junho de 2020 que regulamenta o serviço voluntário no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Pará;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer diretrizes, normas e procedimentos para a prestação do serviço Voluntário nas unidades de conservação estaduais, Programas e Projetos do Ideflor-bio.

Art. 2º Para fins previstos nesta Instrução Normativa entende-se por:

I - Voluntário: Pessoa física que exerce atividade de interesse público, não remunerada, sem fins lucrativos ou vínculo trabalhista com o Ideflor-bio, com o objetivo de colaborar com Programas e Projetos geridos pelo instituto.

II - Demanda espontânea: apresentação de proposta de serviço voluntário pelo interessado e executadas sem a previsão de repasse de bens ou recurso financeiro do Ideflor-bio;

III - Demanda induzida: demanda estruturada pelo Ideflor-bio de atividade de voluntariado, apresentada na forma de edital, sem repasse de bens ou recurso financeiro;

IV - Plano de Trabalho: documento com o planejamento e a descrição das atividades que serão executadas pelo voluntário ou por um grupo de voluntários, acordado e assinadas entre o(s) mesmo(s) e o Ideflor-bio;

V - Cadastro de voluntários: banco de dados com informações dos prestadores de serviço voluntário.

**CAPÍTULO I
Do serviço voluntário**

Art. 3º Considera-se serviço voluntário no âmbito do Ideflor-bio a atividade não remunerada, prestada por pessoa física que preencha os requisitos necessários:

I- Possuir carteira de identidade ou qualquer outro documento público de identificação;

II - Estar acompanhado ou autorizado pelos pais ou responsáveis, caso o prestador não possua capacidade para exercer os atos da vida civil;

III- Estar ciente das normas e regulamentos das unidades de conservação estaduais e a legislação ambiental vigente.

Parágrafo único: O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, nem poderá substituir cargo ou função prevista no quadro funcional do Ideflor-bio.

Art. 4º O serviço voluntário deverá estimular o engajamento do voluntário nas diversas ações de gestão no âmbito das unidades de conservação estaduais, dos Programas e Projetos do Ideflor-bio.

Art. 5º O serviço voluntário poderá abranger as seguintes linhas temáticas:

I - Manejo dos Recursos Naturais;

II - Pesquisa e Monitoramento;

III - Valorização de Comunidades;

IV - Uso Público;

V - Recuperação Florestal;

VI - Espécies Ameaçadas;

VII - Proteção Ambiental;

VIII - Comunicação;

IX - Administração.

Parágrafo único: Casos excepcionais não previstos no caput poderão ser definidos pelo Ideflor-bio.

**CAPÍTULO II
Dos Procedimentos**

Art. 6º As ações realizadas por voluntários serão classificadas nas seguintes modalidades:

I - Demanda espontânea: solicitações oriundas das pessoas voluntárias;

II - Demanda induzida: por edital de chamamento público, publicizado no site do Ideflor-bio e no Diário Oficial do Estado.

Art. 7º No caso do serviço voluntário proposto por demanda espontânea, o voluntário deverá encaminhar Plano de Trabalho e documentação necessária ao Ideflor-bio conforme os anexos desta norma.

Art. 8º Compete ao Ideflor-bio:

I - Indicar as demandas induzidas referentes à linha temática de sua competência;

II - Definir critérios de seleção de voluntários e as linhas temáticas prioritárias em Chamadas Públicas;

III - Emitir certificado de realização de serviço voluntário;

IV - Preencher e manter atualizado o Cadastro de Voluntários; e

V - Adquirir e disponibilizar material de identificação do Voluntário.

VI - Ressarcir o prestador de serviço voluntário no caso de despesas previamente autorizadas pela Presidência do Ideflor-bio, comprovadamente realizadas no desempenho das atividades voluntárias.

VII - Promover a qualificação dos voluntários para melhorar o desempenho de suas funções.

**CAPÍTULO III
Dos Voluntários**

Art. 9 Compete ao voluntário:

I - Firmar Termo de Adesão ao Voluntariado;

II - Elaborar o Plano de Trabalho individual ou coletivo;

III - Assinar Termo de Conhecimento de Risco;

IV - Entregar ficha médica;

V - Entregar relatório, quando solicitado, ao final do período de execução do trabalho voluntário, de acordo com o Plano de Trabalho entregue, e encaminhá-lo ao Ideflor-bio;

VI - Desenvolver, com retidão e ética, as atividades previstas no Plano de Trabalho;

VII - Seguir, obrigatoriamente, os procedimentos de segurança e utilizar oequipamentos e instalações indicadas pelo Ideflor-bio;

VIII - Manter comportamento compatível com o decoro da Instituição;

IX - Zelar pelo prestígio do Ideflor-bio e pela dignidade de seu serviço;

X - Observar a assiduidade no desempenho das suas atividades, atuando compresteza nos trabalhos que lhe forem incumbidos;

XI - Tratar com cordialidade os servidores e auxiliares do Ideflor-bio e o público em geral;

XII - Respeitar as normas legais e regulamentares das unidades de conservação;

XIII- Justificar as ausências nos dias em que estiver escalado para a prestação de serviço voluntário;

XIV - Reparar danos que causar ao Ideflor-bio ou a terceiros, decorrentes de sua culpaou dolo, na execução dos serviços voluntários, observando o disposto no artigo 37, § 6º, da Constituição Federal.

Parágrafo Único: A não observância dos procedimentos descritos poderá acarretar no cancelamento da Autorização de Serviço Voluntário sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

Art. 10 O prestador do serviço voluntário poderá, a critério do Ideflor-bio, portar uniforme disponibilizado pelo Ideflor-bio ou acessório que o identifique para o público em geral e, também, que diferencie dos servidores e demais pessoas que realizam atividades nas unidades de conservação estaduais.

**CAPÍTULO IV
Das Vedações**

Art. 11 Ao prestador de serviço voluntário não é permitido:

I - Praticar atos privativos dos servidores do Ideflor-bio;

II - Identificar-se invocando a qualidade de prestador de serviço voluntário fora do pleno exercício das atividades previstas no plano de trabalho;

III - Desempenhar serviço para o qual não seja qualificado ou treinado;

IV - Receber a qualquer título, remuneração pela prestação do serviço voluntário.

Parágrafo Único: A violação de qualquer dos incisos anteriores poderá acarretar no cancelamento da Autorização de Serviço Voluntário sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

**CAPÍTULO V
Das Disposições Finais**

Art. 12 A pessoa voluntária deverá receber, ao término do serviço, certificado indicando a atividade realizada e a carga horária, emitido pelo Ideflor-bio.

Art. 13 Atividades voluntárias que necessitarem de equipamentos de proteção individual (EPI) deverão estar descritas em Chamada Pública ou Plano de Trabalho.

Art. 14 Atividades voluntárias de campo que necessitarem de seguro de vida e vacinação obrigatórios deverão estar descritas em Chamada Pública.

Art. 15 O Ideflor-bio não se responsabilizará pela aquisição de seguro de vida de pessoa física ao prestador de serviço voluntário.

Paragrafo Único: Poderá ser exigido seguro de vida pelo Ideflor-bio de acordo com as atividades contidas no Plano de Trabalho.

Art. 16ª A análise e aprovação de Plano de Trabalho e de Relatórios, quando houver, serão realizadas pelo setor do Ideflor-bio responsável pela elaboração de respectivo edital ou diretamente relacionada à atividade desenvolvida.

Art. 17 Os casos omissos, bem como as dúvidas decorrentes da aplicação dapresente Instrução Normativa, serão dirimidas e solucionadas pelo Ideflor-bio.

NILSON PINTO DE OLIVEIRA
Presidente

**ANEXO I
TERMO DE ADESÃO AO SERVIÇO VOLUNTÁRIO**

Dados Pessoais

Nome:		CPF	
Escolaridade:		Área de Formação:	
Telefone		e-mail:	
Endereço:			
CEP	Município	Estado	

Dados do Responsável

Nome:		CPF	
Escolaridade:		Área de Formação:	
Telefone		e-mail:	
Endereço:			
CEP	Município	Estado	

PROGRAMA OU PROJETO

--

Eu, acima identificado, e abaixo-assinado, reconheço, entendo e concordo, por meio deste documento e em consideração à minha participação na realização de serviço voluntário, que:

1. Minha participação como voluntário (a) dar-se-á por minha livre e espontânea vontade;
2. Estou ciente da legislação específica sobre Serviço Voluntário e aceito atuar como voluntário nos termos do presente Termo de Adesão.
3. Estou ciente que, de acordo com a Lei nº 9.608 de 18/02/98, o serviço